

Patentes de invenção concedidas no mês de Janeiro de 1913

Número da patente	Classes	Número na classe	Data da patente	Objecto da patente	Nome do concessionário	Residência
8:460 8:461	10. 10.	482 483	16- 1-1913 16- 1-1913	Pesário para acessórios hemorroidais Aperfeiçoamentos em aparelhos comutadores para a ligação entre si das linhas dum sistema telefónico.	Theodor Beiker Western Electric Company, Limited, sociedade anônima inglesa.	Bad Soden am Taunus, Alemanha. Sede em Westminister, Inglaterra.
8:463	11. 10.	641 484	16- 1-1913 16- 1-1913	Uma porca de parafuso formada duma camada de chapas Aparelho inhalador.	Jakob de Ryttter Kielland Albert Thode	Cristiânia, Noruega. Hamburgo, Alemanha.
8:464 8:465 8:466 8:467 8:468 8:469	2. 2. 2. 2. 2. 14.	643 644 645 646 647 480	20- 1-1913 20- 1-1913 20- 1-1913 20- 1-1913 20- 1-1913 20- 1-1913	Processo de desecção de gases ou de vapores Processo para a concentração de ácidos Processo para a concentração de ácidos Processo para a concentração de ácidos Salva vidas para automóveis, eléctricos e combóios, denominado «Salva vidas Campos».	Norsk Hydro-elektrisk Kvaelfstofaktieselskab A mesma A mesma A mesma Eduardo Artur de Campos Costa	Sede em Cristiânia, Noruega. Sede em Cristiânia, Noruega. Sede em Cristiânia, Noruega. Lisboa.
8:470 8:471	2. 12.	647 377	20- 1-1913 20- 1-1913	Processo para concentração de ácidos Disposição de ventilação e de humectação	Norsk Hydro-elektrisk Kvaelfstofaktieselskab Jean Frédéric, Paul Kestner e Henri Jean Emile Neu.	Cristiânia, Noruega. Lille, França.
8:472 8:473 8:474	17. 1. 18.	159 218 251	20- 1-1913 20- 1-1913 20- 1-1913	Um novo sistema de mata-borrão Máquina para desengavar os frutos da palmeira demdem Meio de captura para animais reptantes e alados e outros nocivos à vegetação florestal.	Willi Sprengel Isaac Thomas Hawkins Hermann Gross	Alemanha. Londres. Hamburgo.
8:475 8:476	2. 5.	648 396	22- 1-1913 22- 1-1913	Processo para a absorção dos vapores nitrosos pela cal Disposição de pontaria para peças de artilharia destinadas a atirar contra veículos aéreos.	Alfonse Theophile Schloesing Fried. Krupp Aktiengesellschaft	Paris. Sede em Essen, Alemanha.
8:477 8:478 8:479	5. 11. 10.	397 642 485	24- 1-1913 24- 1-1913 24- 1-1913	Máquina de regulação de espoletas Processo para a produção de frio e de força motriz Eléctro-pulsogéneo, isto é, disposição para transferir a energia dum oscilador eléctrico para um ou outro oscilador por meio da excitação produzida pelo choque	Fried. Krupp Aktiengesellschaft Leop. Robert e A. J. Irinyi Jacoviello Societá Anonima	Sede em Essen, Alemanha. Hamburgo. Sede em Parma, Itália, e Zurich, Suíça.
8:480 8:481 8:482	14. 12. 3.	481 378 265	24- 1-1913 24- 1-1913 24- 1-1913	Aperfeiçoamentos em instrumentos de tração Fundação sobre pilar de beton comprimido Aperfeiçoamentos nos chassis para imprimir as fotografias por contacto.	Albert Eugène Cook Edgard Frankignoul Spiridione Grossi	Kankakee, Estados Unidos da América. Liège, Bélgica. Bruxelas, Bélgica.
8:483	4.	166	24- 1-1913	Processo para obter uma simili-crina	Claude Marie Sanlaville	Le Coteau, França.

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 30 de Janeiro de 1913.—O Director Geral, M. Correia de Melo.

Direcção Geral das Obras Públicas e Minas

Repartição de Obras Públicas

Tendo sido aprovado, por portaria desta data, o plano de melhoramentos do pôrto de Leixões para a sua adaptação aos usos comerciais, apresentado pela comissão para tal fim nomeada por portaria de 27 de Janeiro de 1912: manda o Governo da República Portuguesa que uma comissão composta do engenheiro inspector de obras públicas, José Cecílio da Costa, do engenheiro chefe de 1.ª classe, José Maria Cordeiro de Sousa, e do engenheiro chefe de 2.ª classe, Henrique Carvalho de Assunção, proceda com urgência ao estudo das obras de consolidação e defesa dos molhes actuais do mesmo pôrto, como é proposto no referido plano.

Paços do Governo da República, em 13 de Fevereiro de 1913.—O Ministro do Fomento, António Maria da Silva.

Para o Director Geral das Obras Públicas e Minas.

Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos

Por despacho ministerial de 30 de Janeiro último, e nos termos da portaria de 29 de Setembro de 1900 se abre concurso para a adjudicação, durante o prazo de três anos, do depósito de venda, na cidade de Lisboa, de todas as cartas e publicações oficiais das oficinas de fotografia, gravura e cromo-litografia, anexas à Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos, segundo o programa e as cláusulas que fazem parte da mesma portaria e que em seguida se publicam.

Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos, em 1 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, interino, João Miguel Dias, coronel.

Programa do concurso para a adjudicação do depósito especial em Lisboa de cartas e outras publicações oficiais das oficinas de fotografia, gravura e cromo-litografia anexas à Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos.

1.º É aberto concurso por espaço de vinte dias, contados da data da primeira publicação deste anúncio no Diário do Governo, para a adjudicação, durante o prazo de três anos, do depósito especial de venda, em Lisboa, das cartas e outras publicações oficiais das oficinas anexas à Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos.

2.º A adjudicação será feita pelo Governo, sobre propostas apresentadas, em carta fechada, na Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos, à comissão nomeada para assistir aos actos deste concurso, ficando o adjudicatário sujeito aos preceitos e regras contidos neste programa e nas cláusulas juntas.

3.º Serão admitidos a licitar os livreiros de Lisboa que tenham estabelecimentos de venda pública avulso e não estejam legalmente inibidos de praticar actos de comércio.

4.º Nenhuma sociedade, companhia ou empresa será admitida a licitar se não estiver legalmente constituída e autorizada a exercer aquela indústria no país, e se a sua constituição lhe não permitir intervenção em contratos desta espécie. Os indivíduos que pretendam representar alguma sociedade no acto da licitação deverão apresentar documentos que comprovem a sua competência para esse fim.

5.º A base da licitação será a percentagem que os proponentes se reservam como retribuição aos encargos que se propõem tomar. O Governo reserva-se, contudo, o di-

reito de escolher entre os proponentes, tendo em atenção aquela base, o que tiver estabelecimento situado em local mais conveniente e reunir melhores condições de idoneidade para o exacto cumprimento do contrato.

§ único. O Governo reserva-se, outrossim, o direito de não fazer a adjudicação, quando assim o julgue conveniente.

6.º As propostas serão do teor seguinte, sob pena de se considerarem nulas e de nenhum efeito:

F. . . (nome por extenso) livreiro, com estabelecimento de venda avulso em . . ., obriga-se a celebrar com o Governo contrato para a venda, no referido estabelecimento, das cartas e outras publicações oficiais das oficinas de fotografia, gravura e cromo-litografia anexas à Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos, nos termos do programa datado de 1 de Fevereiro de 1913 e cláusulas que do mesmo fazem parte, sendo-lhe fornecida aquelas cartas e publicações com o abatimento de . . . por cento.

(Data e assinatura devidamente reconhecida).

7.º O Governo resolverá ulteriormente, ouvida aquela comissão, acerca da idoneidade dos diferentes concorrentes.

Havendo igualdade entre duas ou mais propostas, e sendo estas as menores, serão intimados os respectivos signatários a comparecer naquele local, no dia e hora que se lhes designar, a fim de se proceder, sómente entre esses concorrentes, à licitação verbal. Esta licitação durará um quarto de hora, não se admitindo lanços inferiores a 0,5 por cento, e dele se lavrará auto assinado pela comissão e pelos concorrentes. Considera-se que desiste da adjudicação o concorrente que não comparecer à licitação verbal, nem se fizer nella representar por procurador legalmente autorizado para esse fim.

8.º É permitido aos concorrentes juntar às propostas de que trata o n.º 6.º quaisquer documentos que julguem convenientes para demonstrar a sua idoneidade. Estes documentos não serão em caso algum restituídos, mas serão mencionados no auto da arrematação.

9.º Resolvida pelo Governo a adjudicação, será disso avisado o adjudicatário, que no prazo de três dias úteis, contados da data do aviso, deverá apresentar, na Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos, documento comprovativo de ter realizado o depósito definitivo, fixado nas cláusulas anexas a este programa, devendo solicitar oportunamente qualquer documento necessário para este fim. O contrato de adjudicação será lavrado e assinado no dia para esse fim fixado pela mesma direcção geral, sendo executório desde essa data.

10.º Perderá o direito à adjudicação o concorrente que não fizer o depósito ou não comparecer para assinar o contrato no dia respectivamente marcado.

Cláusulas a que se refere o programa desta data

1.º O adjudicatário obriga-se há, durante o prazo de três anos, a ter no seu estabelecimento o depósito especial das cartas e outras publicações oficiais das oficinas de fotografia, gravura e cromo-litografia, anexas à Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos, e a dar imediata satisfação a todas as requisições ou pedidos de venda avulso, que lhe forem feitos por particulares ou por outros livreiros, até o número de exemplares que tiver em depósito.

2.º Para o fim indicado na cláusula 1.º, o adjudicatário receberá durante a vigência do contrato, por depósito e com indicação dos preços de venda avulso, as publicações actualmente feitas e as que de futuro se fizerem, bem como

todas as novas edições ou tiragens das mesmas, reservando-se, contudo, o Governo, o direito de em qualquer época mandar retirar da venda qualquer publicação e o de alterar os preços estabelecidos.

3.º Nenhuma publicação poderá ser vendida por preço superior ao que for fixado pelo Governo.

4.º O adjudicatário obrigar-se há a fornecer aos demais livreiros de Lisboa, para revender, nos termos da cláusula 3.º, todas as cartas e publicações, com o abatimento, quando esses fornecimentos sejam a pronto pagamento, não inferior a 25 por cento da percentagem, a que se refere o n.º 5.º do programa.

5.º É fixado em trinta o número de exemplares de cada publicação que deve existir no depósito, no princípio de cada mês, ficando todavia o Governo autorizado a alterar este número para algumas ou para todas as publicações, quando o entender conveniente. O adjudicatário deverá, portanto, requisitar oportunamente, às oficinas anexas à Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos, os exemplares precisos para completar aquele número, os quais lhe serão imediatamente fornecidos, mediante recibo, se existirem em depósito. Quando se tenha esgotado a edição, e assim for oficialmente participado ao adjudicatário, cessará para este toda a responsabilidade resultante da falta de cumprimento desta cláusula, até se fazer uma edição completa.

6.º O Governo obriga-se por sua parte:

a) A não vender nenhuma das publicações a que se refere a adjudicação, ao público ou revendedores.

b) A não fornecer, gratuitamente, salvo em casos extraordinários, nenhuma das publicações a que se refere a adjudicação, aos serviços públicos ou particulares.

c) A limitar a oitenta o número de exemplares distribuídos gratuitamente por ocasião da publicação de novas cartas, ou de novas edições de cartas existentes.

7.º Celebrado o contrato, o adjudicatário receberá da Direcção Geral, trinta exemplares de cada uma das cartas mencionadas na relação junta, que terão o preço da venda que na mesma é indicado.

Relação das obras publicadas

Folha n.º	da Carta de Portugal — escala	Preços
1	1/100.000	\$400
2	idem	\$200
3	idem	\$300
4	idem	\$500
5	idem	\$700
6	idem	\$700
7	idem	\$500
8	idem	\$800
9	idem	\$600
10	idem	\$500
11	idem	\$800
12	idem	\$500
13	idem	\$600
14	idem	\$800
15	idem	\$400
16	idem	\$700
17	idem	\$700
18	idem	\$400
19	idem	\$300
20	idem	\$800
21	idem	\$700
22	idem	\$200
23	idem	\$400
24	idem	\$800
25	idem	\$800
26	idem	\$300